

Relatório Final

PROJETO CONEXÃO LOCAL

ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLAS E AGROEXTRATIVISTAS DO AMAPÁ

Estudantes: Aleksander Ridel Juzwiak

Leonardo Mello Natali

Supervisor: Maria Abadia Alves

Estado: Amapá

Sumário

O Estado do Amapá.....	3
Os pilares da Educação Familiar Agrícola.....	3
Histórico das EFAs no Amapá e sua Estrutura Organizacional	4
Escolas e Comunidade	6
EFA do Pacuí	6
EFA Carvão	6
EFA do Maracá.....	7
A parceria entre RAEFAP e Embrapa	8
Referências	10

O Estado do Amapá

O Amapá é um estado brasileiro localizado na Região Norte do país, e possui uma extensão de 142.814,485 quilômetros quadrados e uma população de 626.609 habitantes segundo dados divulgados pelo IBGE em 2009. O estado do Amapá faz fronteira com o Estado do Pará, com o Suriname e com a Guiana Francesa e tem como capital a cidade de Macapá, a única brasileira banhada pelo Rio Amazonas e cortada pela linha do Equador. Possui dois principais domínios geográficos, o amazônico e o oceânico e é reconhecido como o estado mais bem preservado ambientalmente.

As terras do atual estado do Amapá foram doadas em 1637 ao português Bento Manuel Parente com o nome de Capitania do Cabo do Norte. No final deste século, devido às suas riquezas naturais, as terras foram invadidas por franceses e holandeses que, mais tarde, foram expulsos pelos portugueses. Em 1713 o Tratado de Utrecht definiu as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa, e na mesma época, a Fortaleza de São José de Macapá, a maior do país, foi construída para defender o território. Após nova invasão francesa em 1895, a Comissão de Arbitragem em Genebra deu posse do território ao Brasil em 1900, incorporando-o ao estado do Pará. (RODRIGUES) Em 1943, com o governo Getúlio Vargas o Amapá foi criado como território nacional e assim permaneceu até a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o transformou em um estado (LIMA; PORTO, 2008).

Segundo dados do IBGE (2007), o PIB do Amapá atingiu o valor aproximado de R\$6.022 milhões ou 0,2% do PIB nacional. O PIB *per capita* está estimado em R\$10.253, ocupando a 15ª posição no ranking nacional. A composição do PIB amapaense é de 5,9% resultado da agricultura, 8,3% da indústria e 85,8% dos serviços. O Estado não possui produção capaz de suprir suas demandas e é obrigado a importar grande parte dos produtos para consumo e exporta, quase exclusivamente, matéria prima. Uma das grandes dificuldades que impede o pleno desenvolvimento do estado é a carência em infra-estrutura, como energia, comunicação e transporte. Outro grande empecilho para o estado é a questão fundiária, uma vez que, por ter sido território federal, aproximadamente 72% das terras do estado possuem restrição de uso, sendo muitas áreas de assentamento do INCRA, outras de reserva indígena sob jurisdição da FUNAI e outras de proteção ambiental de responsabilidade do IBAMA. Assim, muitas propriedades acabam sendo terras griladas ou pequenas propriedades familiares, além das terras com reservas minerais que são concedidas a grandes empresas para exploração de minérios (principalmente o manganês e o ouro). Frente à essa situação, há um tendência de migração para os centros urbanos, onde o serviço público se torna um atrativo.

Os pilares da Educação Familiar Agrícola

Surgidas em meados da década de 1930 na França, as Casas Familiares Rurais são a base e o marco da metodologia de ensino e aprendizagem hoje adotada por inúmeros modelos de ensino espalhados pelo mundo, em especial em países da Europa, África e América do Sul cujo número de propriedades agrícolas familiares e/ou de subsistência sejam relevantes.

No Brasil, essa concepção de educação foi trazida pela primeira vez para o Estado do Espírito Santo, através de uma parceria da Igreja Católica liderada pelo padre jesuíta Humberto Pietrogrande e sendo fortemente influenciada pela experiência italiana de formação por alternância. Desde então, o modelo espalhou-se por diversos Estados e comunidades brasileiras, cada qual adaptando o seu modelo às particularidades culturais, ambientais e econômicas da região.

Dentro desse modelo, quatro são os pilares que sustentam e norteiam as ações de uma Escola Familiar Agrícola (EFA), sendo dois pilares tidos como finais e dois pilares meio que propiciam tais objetivos fins.

O primeiro dos pilares meio, e possivelmente a questão mais destacada e diferenciadora do projeto das EFAs é a Pedagogia da Alternância. Tal proposta prevê que haja dois ambientes distintos mas integrados de educação, sendo o primeiro o próprio ambiente escolar, onde o aluno estará alocado em regime de internato para tomar aulas sobre o programa comum das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e, ainda, assistir e praticar aulas referentes às técnicas agrícolas (e, no caso amapaense, agroextrativistas) em diversos laboratórios presentes dentro da própria escola. A grande diferença, porém, para uma escola agrícola tradicional, está num segundo momento em que o aluno regressa à propriedade de sua família e ali fica incumbido de colocar em prática tudo o que lhe foi ensinado no período de internato e elaborar relatórios que tornem tangíveis o processo de aprendizagem ao qual o aluno fora submetido naquele momento.

O próximo pilar, também meio, são associações de pais e da comunidade que se formam para elaborar, gerir e tornar viável a escola família de uma determinada comunidade. É essencial para que o projeto vigore e traga bons frutos que haja uma participação contínua e efetiva dos agricultores familiares desde a criação até a definição e gestão de quais objetivos nortearão aquela escola. Uma das grandes forças que move as escolas adiante incide no fato de toda sua concepção e elaboração ser feita por e para os agricultores e seus familiares.

Como resultado desses pilares meios, os pilares fins que surgem e orientam toda essa mobilização são a formação integral do aluno e o desenvolvimento local sustentável. Isso significa dizer que todos os esforços estão direcionados para que o aluno torne-se um cidadão consciente, ativo e capacitado para que então reverta toda essa potencialidade em benefícios às suas propriedade e a sua comunidade, e que tais melhores se sustentem e possam trazer melhores condições de vida no campo para os que tem na terra o seu sustento e a sua existência ao mesmo tempo.

No caso do Amapá, a formação integral da pessoa acaba por, muitas vezes, formar jovens que conseguem atravessar as fronteiras de suas plantações e atingir patamares antes sequer sonhados para esses agricultores, obtendo sucesso em diversos concursos estaduais e federais para trabalhar em projetos de extensão rural ou mesmo lecionar em escolas da rede pública.

Quanto à sustentabilidade do crescimento, os agricultores situados Floresta Amazônica adentro encontram-se em um ambiente ecologicamente tão hostil que a única maneira de sobreviver mata adentro é aumentando a produtividade de seus cultivos, otimizando tempo e espaço de cada uma, saindo da situação predatória de monocultura da mandioca para um espaço que permite explorar mais recursos e ainda assim mantê-los em equilíbrio para as próximas plantações.

Histórico das EFAs no Amapá e sua Estrutura Organizacional

O Estado do Amapá possui, atualmente, cinco escolas famílias agrícolas/agroextrativistas. No município de Macapá encontra-se a Escola Família Agrícola do Pacuí, no município de Pedra Branca do Amaparí a Escola Família Agrícola da Perimetral Norte, no município de Mazagão a Escola Família Agroextrativista do Carvão e a Escola Agroextrativista do Maracá e no município de Tartarugalzinho a Escola Família Agroextrativista do Cedro. As escolas atendem a um total de oitocentos e dezenove alunos de mais de quinhentas famílias espalhadas por mais de cento e quarenta comunidades nos dezesseis municípios do Amapá e incluindo algumas regiões do Pará.

O surgimento das escolas no Estado do Amapá envolveu diversos atores que se organizaram para concretizar o sonho de uma educação melhor no campo. Em 1983, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com a diocese local iniciou uma discussão buscando uma alternativa para aprimorar a educação no campo. Ao tomar conhecimento das Escolas Família Agrícolas do Espírito Santo, o sindicato patrocinou alguns voluntários para conhecer a experiência que já se consolidava naquela região. No final do ano de 1983, o Padre Angelo Da Maren, articulou uma parceria com a organização italiana AAES (Associação dos Amigos do Espírito Santo), que, por meio de recursos advindos do governo italiano, tinha o objetivo de implementar projetos sociais em países sul americanos.

Em 1985, após enfrentar resistência do governo militar da época, foi assinado um convênio entre a AAES e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para construção e manutenção por cinco anos de três EFAs. As escolas família agrícolas se diferenciam das escolas tradicionais por adotar a metodologia da alternância, além de proporcionar uma formação integral para o jovem e desenvolvimento do meio onde está inserido. O acordo incluía também a vinda de voluntários italianos que iniciaram as atividades de construção das escolas em 1988 com apoio das comunidades que se organizavam em forma de associação por meio de mutirões. As lideranças comunitárias tiveram importante papel na mobilização destas para garantir a continuidade do projeto. Podemos citar dois nomes que tiveram participação ativa e que foram entrevistados ao longo do projeto: o Sr. Tomé de Souza Belo e Sr. Círio Campos Ramos. Ambos foram decisivos no papel de liderança comunitárias no sentido de mobilização das pessoas, sendo o Sr. Círio o primeiro presidente da rede das escolas e o Sr. Tomé presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em 1989 a EFA do Pacuí inicia suas atividades e dois anos depois, em 1991, as EFAs da Perimetral Norte e de Afuá, esta última localizada no Pará e que interrompeu suas atividades por falta de recursos há dois anos, também começam a receber alunos. Ainda hoje, a comunidade, por meio associação de pais e alunos, possui importância fundamental

para garantir a continuidade do projeto. São realizadas reuniões mensais para a discussões em torno das perspectivas e dificuldades do trabalho nas escolas e todas as decisões são tomadas em assembléia.

Logo no início da década de 1990 outros dois importantes nomes se envolvem com o projeto. Alessandro e Maria José Rigamonti retornam de Manaus, onde já trabalhavam com pedagogia da alternância, convidados como voluntários pela AAES, para auxiliar o desenvolvimento das EFAs no Amapá. Ambos tiveram importante papel para a consolidação e reconhecimento das escolas, e buscaram parcerias com órgãos nas três esferas de governo. Além disso, conseguiram, frente ao Conselho Estadual de Educação e ao MEC, o reconhecimento dos cursos e criação de um convênio para repasse de recursos, atualmente de aproximadamente três milhões de reais por ano, com o Governo Estadual para a manutenção das escolas, pagamento de salários e alimentação, que antes era feito pelas famílias, sendo este contemplado em uma lei aprovada em 2005, mas que não define claramente o montante do repasse. O Amapá é o único estado que possui convênio com o governo estadual para a manutenção das escolas família sendo que nos outros estados, estas são mantidas pelas prefeituras. Contudo, muitas vezes a liberação do recurso é repassada atrasada, o que prejudica as atividades das escolas que deixam de pagar professores e fornecedores e, muitas vezes, são forçadas a dispensar os alunos antecipadamente para o período da alternância pela incapacidade financeira de mantê-los na escola.

Em 2000, com apoio da Comissão Pastoral da Terra, foi criada a Rede das Escolas Família do Amapá (RAEFAP), uma matriz para coordenação e distribuição de recursos entre as EFAs. Juridicamente, se constitui como uma associação sem fins lucrativos, com títulos estaduais de filantropia e utilidade pública, e sua direção é feita por uma diretoria executiva composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e segundo secretário e fiscalizada por um conselho fiscal que são eleitos por uma assembléia com representantes das cinco escolas e com um mandato de dois anos. A rede se tornou um importante instrumento político e busca articulação com o governo, por meio de parcerias com diversos ministérios como o da Educação e o do Desenvolvimento Agrário. Já as parcerias com a iniciativa privada ainda são muito tímidas e ocorrem principalmente na região da EFA Perimetral Norte, onde estão instaladas grandes empresas mineradoras, evidenciando a grande dependência de recursos públicos.

A assembléia é composta por cinquenta pessoas sendo dez de cada escola, os chamados delegados. Compõem estes dez representantes, que são escolhidos por cada associação de pais e alunos, seis agricultores, um professor, um coordenador, um aluno e um ex-aluno. O que se verificou em todas as eleições desde a criação da rede foi a inexistência de concorrência entre candidatos. Em todas as eleições foi formada uma chapa única e aprovada por consenso entre os participantes da assembléia. No período em que estivemos no Amapá tivemos a oportunidade de presenciar a assembléia da rede para eleição da diretoria executiva e conselho fiscal em que o Sr. Raymundo Nonato foi reeleito para o cargo de presidente.

Após a criação da rede, o convênio com o governo estadual passou a ser pago diretamente para ela. Estes recursos são então repassados para as escolas, que ainda mantém sua autonomia administrativa, de acordo com critérios pré-estabelecidos. A RAEFAP também ficou como responsável pela contratação e capacitação dos professores para as escolas. Esta seleção é feita via análise de currículo e entrevista e, ao ser aprovado, o professor recebe um treinamento com onze módulos de capacitação que possui duração de dois anos e meio e utiliza o princípio da formação em serviço. Ao fim desta formação, o professor realiza a defesa de um projeto perante uma banca avaliadora em Brasília. Contudo, o que se percebe é o desinteresse por parte de muitos professores, pois este curso não é reconhecido como uma especialização. Outro problema enfrentado pela rede é a alta rotatividade destes profissionais. O professor de escola família recebe atualmente um salário bruto de mil e quinhentos reais ao passo que os professores da rede pública de ensino recebem mil e oitocentos. Considerando as características do trabalho, ou seja, a necessidade de monitorar os jovens na escola, inclusive com plantões nos finais de semana desmotiva os professores a permanecerem muito tempo nos cargos. Muitos optam por prestar concurso público e trabalhar para o estado buscando melhores salários tanto na educação como na extensão rural. Outra questão que prejudica o desenvolvimento de novos projetos são os problemas fundiários. As escolas, com exceção da EFA do Pacuí que possui o título da terra, estão instaladas em terras de assentamento e que, apesar de terem sido doadas, não possuem a titulação.

A rede se tornou uma agência implementadora e contribuiu para a criação de outras três EFAs. No município de Mazagão, uma pesquisa contratada sobre educação, feita pelo IBGE, despertou o interesse da comunidade em criar escolas família naquela região e em 1997 Foi criada a EFA do Carvão e em 2000 a EFA do Maracá. Mais recentemente, a última escola criada foi a EFA do Cedro no município de Tartarugalzinho.

A RAEFAP está integrada à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) que realiza uma coordenação nacional dos diversos tipos de experiências de CEFAs que inclui as escolas família agrícolas, as casas familiares rurais, as escolas família comunitárias e a casa familiar do mar. Cada rede regional possui um representante na rede federal, atualmente, a representante da RAEFAP é Telma Reis, coordenadora pedagógica e ex-aluna da EFA do Pacuí. São realizadas anualmente duas reuniões da rede federal que busca a troca de experiências, material pedagógico, sistematização e realização de oficinas. Atualmente a RAEFAP está construindo sua própria sede para ampliar suas atividades.

As Escolas Família do Amapá enfrentam uma luta para definir em lei uma quantia fixa de repasses pelo convênio com o Governo do Estado. Atualmente, por se tratar da principal fonte de recursos, as escolas ficam muito vulneráveis à vontade política, o que pode, futuramente, prejudicar suas atividades. Portanto, a lei contribuiria para a continuidade da iniciativa. Além disso, um curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, exclusivo para formados em EFAs e que adota a pedagogia da alternância, foi desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), mas que ainda depende de aprovação final do reitor para que a primeira turma possa ingressar.

Escolas e Comunidade

No período de pesquisa no Amapá tivemos a oportunidade de visitar três das cinco escolas família. Infelizmente, por problemas logísticos, as EFAs da Perimetral Norte e do Cedro não foram visitadas.

EFA do Pacuí

A Escola Família Agrícola do Pacuí, localizada na comunidade de São Joaquim do Pacuí no município de Macapá, é a mais antiga das escolas no Amapá. A propriedade da escola possui uma área de oitenta e seis hectares e atende a um total de cento e sessenta alunos do ensino médio e profissionalizante. O curso tem duração de quatro anos e, com a realização de um projeto profissional no último ano, o aluno recebe o diploma técnico. A escola é gerida pela diretora Bianca Rigamonti, que conta com o apoio de seis professores. As decisões administrativas são feitas pela própria diretora enquanto as decisões estratégicas são feitas pelo conselho administrativo que se reúne uma vez por mês e é composto por membros da associação.

O ingresso na escola é feito por indicação e é feito um período de adaptação de quinze dias à realidade da escola, que possui um regimento bastante rigoroso e à rotina de aulas e atividade em campo. Outras condições básicas para estudar na EFA são a necessidade da família ser proprietária agrícola, para o aluno implementar seus conhecimentos no período de alternância que é de quatro semanas na escola e duas semanas na propriedade familiar, e os pais também devem fazer parte da associação. Para ingressar na associação, a família deve ser produtora rural, ser indicada e passar por um período de aprovação de seis meses. A escola cobra uma taxa simbólica anual de vinte e cinco quilos de farinha e cento e cinquenta reais. Além disso, uma vez por ano, cada aluno deve trazer uma ferramenta de trabalho no campo para uso da escola. Os pais ainda possuem participação ativa nas atividades da escola e são obrigados a realizar cinco plantões de vinte e quatro horas ao longo do ano.

A escola possui um sistema de avaliação contínua, que busca dar maior peso para medidas qualitativas frente às quantitativas. Algumas ferramentas de avaliação são utilizadas como o caderno de realidade, que o aluno relata sua vida na escola e na propriedade familiar, provas convencionais, visita dos professores nas propriedades, no mínimo duas vezes por ano, e os planos de estudo, tarefa realizada no período de alternância. Além das aulas regulares, os alunos realizam à prática de campo em vinte e dois laboratórios que de forma alternada. Os laboratórios incluem tanto práticas de agricultura como manejo de animais tais como: animais silvestres, apicultura, ovinocultura, fruticultura, plantas medicinais, produção de mudas entre outros. A produção da escola é utilizada para consumo próprio e o excedente é vendido.

A maioria dos alunos vem de escolas públicas da região, mas a escola atende à comunidades bastante distantes, inclusive, este foi um dos motivos para maior tempo de permanência na escola, uma vez que o acesso é bastante complicado e o transporte é feito de forma individual. Alguns alunos são advindos do Pará, da região da Rodovia Transamazônica, e são adotados por famílias da região para que possam cursar a escola, retornando apenas uma vez por ano para suas casas.

EFA Carvão

A Escola Família Agroextrativista do Carvão localizada no Município de Mazagão possui uma propriedade de trinta e oito hectares que foi em parte cedida e parte doada. Em sua constituição recebeu

bastante apoio das outras escolas e da comunidade, que contribuiu com a construção do primeiro prédio por meio de um mutirão. Atualmente atende a cento e setenta e um alunos de sete municípios do ensino fundamental (5^a-8^a série), ensino médio e profissionalizante. A atual diretora da escola é Anilda Maria Santana da Silva que é responsável, juntamente com uma equipe de doze pessoas, pela administração da escola e da parte pedagógica. As decisões nunca são tomadas individualmente, sendo que quinzenalmente são feitas reuniões de colegiado e mensalmente uma reunião da associação.

A escola é direcionada para atender alunos da zona rural sem condições de freqüentar uma escola e possui a característica de agroextrativista para se adequar à realidade das famílias dos alunos, principalmente ribeirinhas. Para ingressar na escola os procedimentos e condições são semelhantes às outras; o aluno precisa ter propriedade rural, deve passar por um período de adaptação e seus pais devem fazer parte da associação. A contribuição anual feita pelas famílias é de trinta quilos de farinha e R\$70 para alunos do ensino fundamental e R\$100 por ano para os alunos do médio e do técnico. Os pais não são obrigados a realizar plantões, mas devem participar dos mutirões, reuniões e assembléias da associação quando solicitado.

A escola conta com uma matriz curricular que inclui, além da base comum, aulas sobre agricultura, extrativismo e zootecnia. A principal atividade de campo da escola é o manejo de açazais, uma das principais fontes de renda da região. A escola também possui práticas de agricultura nos campos demonstrativos da EMBRAPA, onde cultiva banana, feijão, mandioca e milho. Com relação aos animais, possui laboratórios de pequenos animais como porcos e frangos. A produção é quase inteiramente usada para consumo próprio e o pequeno excedente é vendido.

A avaliação do aluno também visa a parte teórica e a parte qualitativa e adota o procedimento de visita às propriedades familiares. O período de alternância é de quinze dias na escola e quinze dias na propriedade sendo o transporte, tanto de barco como ônibus, dentro do município de Mazagão fornecido pela prefeitura.

EFA do Maracá

A Escola Família Agroextrativista do Maracá está localizada no município de Mazagão e iniciou suas atividades em 2000. Durante sua implementação, a comunidade buscou uma articulação com a Sra. Maria Jose Rigamonti para auxiliar no processo. A escola nasceu da necessidade da comunidade e começou operando nos prédios da cooperativa da comunidade. A construção de seu próprio prédio só se deu em 2005 com recursos do governo que, durante um tempo, paralisou a construção, que só foi retomada após uma invasão da comunidade para pressionar o governo. A escola está localizada em uma área de assentamento e, durante sua construção ficou subentendido que não precisaria do título da terra. Contudo, atualmente sua área está comprometida por conta da criação de um ramal no meio da propriedade da escola, que está operando apenas no prédio e seu entorno. Seu futuro ainda está indefinido e cogita-se a possibilidade de estabelecer um limite da propriedade ou até eventualmente a mudança de localização, pela necessidade de se criar condições para produção.

Atualmente a escola atende a cem alunos do ensino fundamental (5^a, 6^a e 8^a séries), ensino médio e técnico. O período de alternância é feito de quinze dias na escola e quinze dias na propriedade familiar. Para ingressar na escola, o aluno deve pertencer à comunidades próximas (Mazagão e Laranjal do Jarí) e deve ser indicado. Além disso, como nas outras escolas, os pais do aluno devem pertencer à associação e o aluno tem que se identificar com a metodologia da escola. A contribuição anual que é feita é de R\$7 por sessão para alunos do ensino fundamental e R\$10 para alunos do ensino médio e técnico, que também podem ser pagos com alimentos. O transporte é de responsabilidade do próprio aluno e os livros da escola são fonte de doações, o MEC não contribui com elas.

A escola só possui uma turma formada e possui como ferramentas de avaliação o plano de estudo, a ficha de avaliação, o dia a dia da escola, o trabalho em capo e a avaliação dos professores. Até 2008 eram feitas visitas nas propriedades familiares, mas, com a escassez de recursos, esta medida se tornou impraticável. As principais atividades de campo da escola estão relacionadas à extração, também fruto da realidade local.

Atualmente a EFA do Maracá atravessa uma situação financeira e política bastante delicada. Sua inadimplência a impede de realizar parcerias e concretizar projetos, ao mesmo tempo em que a prefeitura não oferece apoio necessário devido à disputas políticas com o presidente da associação. A escola vem buscando retomar a articulação com a comunidade para ganhar força e dar continuidade às suas atividades. Os pais tem o dever de realizar plantões e participar da assembléia. O atual diretor da escola, o Sr. Adamor Braga e sua

autonomia para a tomada de decisão está restrita às questões pedagógicas enquanto as questões administrativas são delegadas à associação que se reúne uma vez por mês.

A tabela a seguir apresenta um comparativo de alguns aspectos entre as três escolas visitadas.

	EFA Pacuí	EFA Carvão	EFA Maracá
Ano de criação	1988	1997	2000
Tipo	Agrícola	Agroextrativista	Agroextrativista
Localização	Macapá	Mazagão	Mazagão
Área da propriedade	86 hectares	36 hectares	indefinida
Número de alunos	160	171	100
Período de alternância	4 semanas na escola e 2 na propriedade	15 dias na escola e 15 dias na propriedade	15 dias na escola e 15 dias na propriedade
Séries atendidas	Ensino médio e profissionalizante	Ensino fundamental (5 ^a -8 ^a série), médio e técnico	Ensino fundamental (5 ^a ,6 ^a e 8 ^a série), médio e técnico

Percebemos que em todas as escolas a demanda é muito grande e, muitas vezes, há fila de espera. Contudo, as regras rígidas, disciplina e a árdua rotina das escolas se tornam uma barreira para muitos alunos que desistem no meio do curso. Contudo, notamos uma grande satisfação por parte dos pais com relação à educação fornecida aos filhos. Muitos egressos das EFAs encontram-se atualmente em disputados cargos públicos, evidenciando o sucesso do projeto. Já com relação às melhorias no campo, os agricultores entrevistados relataram que a vivência dos filhos na escola trouxe muitas melhorias para a produção familiar. Entretanto, ao questionarmos os professores e alunos, muitos comentaram a dificuldade de inserir novas práticas de manejo nas propriedades familiares devido à resistência dos pais.

A parceria entre RAEFAP e Embrapa

Um importante ponto de apoio e desenvolvimento para as escolas família do Amapá são as diversas parcerias que as associações tem conseguido estabelecer com os mais diferentes órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. A maior parte dessas parcerias é conseguida através da RAEFAP e estende-se a todas as EFAs do Estado, ainda que possivelmente com diferentes enfoques.

Dentre essas parcerias, há as que se destinam ao simples repasse de recursos físicos e/ou financeiros, como o acordo já citado entre RAEFAP e governo do Estado do Amapá ou algumas emendas parlamentares destinando maquinário agrícola para alguma escola específica e, também, aquelas promovidas por entidades governamentais que se dedicam a desenvolver determinados setores sócio-econômicos, como o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o RURAP (Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá), por exemplo.

Nessa segunda categoria, podemos destacar como a parceria mais eficaz e consistente, ao menos nos dias atuais, àquela estabelecida entre a RAEFAP e a Embrapa-AP (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Desde o início das atividades das EFAs no Amapá, as associações de pais já buscavam à Embrapa como colaboradora em ações pontuais junto aos alunos e também com a participação da comunidade como um todo. A partir de um projeto encaminhado junto ao Macroprograma 4: “Transferência de Tecnologia e Comunicação Empresarial” da Embrapa, no entanto, esse auxílio tornou-se institucional e formalizado, através de um programa de transferência de tecnologia que iniciou-se em 2007 e recentemente – mais especificamente, no período em que estávamos lá – foi renovado para mais outros três anos de projeto.

O projeto “Transferência de Tecnologias e Conhecimentos em Apoio à Inclusão Tecnológica e ao Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Estado do Amapá”, coordenado pelo agrônomo

Jackson de Araújo dos Santos, incluiu, nesse primeiro ciclo encerrado nesse ano de 2010, atividades como dias de campo, visitas técnicas e palestras, além da instalação de unidades técnicas demonstrativas e unidades de observação. Assim, os alunos foram capacitados através de cursos e palestras a trabalhar temas ligados a produção de mudas frutíferas, manejo florestal, irrigação e apicultura, entre outros.

Ao longo das três semanas de inserção ao ambiente das EFAs-AP, ainda que ressalvados pelo fato de estarmos acompanhados de uma orientadora que trabalha para a Embrapa-Sede, o que pudemos notar é que há de fato um acompanhamento contínuo das atividades agrícolas não só das escolas como também diretamente das propriedades agrícolas dos pais dos alunos, para garantir que haja o máximo aproveitamento das técnicas ensinadas e uma difusão do conhecimento para toda a comunidade. Tal empenho é reconhecido e valorizado por alunos, pais e educadores, que percebem no trabalho da Embrapa a complementação e, muitas vezes, substituição do trabalho não feito pelos órgãos competentes ao desenvolvimento agrário e à extensão rural.

Os dias de campo, por exemplo, são ações que costumam ocorrer nas dependências da escola ou das áreas experimentais da Embrapa e são ansiosamente aguardadas pelos alunos e demais membros da comunidade, que participam conjuntamente aos estudantes no aprendizado prático de técnicas de cultivo diversas, como a banana ou o feijão. Além do aprendizado, os agricultores tem a possibilidade de levar mudas das cultivares para reproduzir os laboratórios em suas plantações e assim enriquecer o seu cultivo.

O dia-a-dia de uma Escola Família

Para complementar e tornar mais rica a experiência da caracterização e funcionamento das escolas família agrícola do Amapá, optamos por, encerradas as visitas e entrevistas a todos os grandes atores envolvidos com as escolas, vivenciarmos praticamente o cotidiano de um aluno em seu período de internato.

Numa segunda visita à Escola Família do Pacuí, estivemos imersos às atividades dos alunos quarto-anistas de uma terça-feira pós almoço até a quinta-feira seguinte no café da manhã. Importante ressaltar que algumas atividades da escola estavam alteradas em função do atraso no recebimento do repasse do governo estadual, estando a escola com um número reduzido de alunos e o quarto ano fazendo carga intensiva de aulas do ciclo básico de ensino para estarem aptos a candidatar-se ao vestibular para Ciências Agrárias exclusivo para egressos de EFAs que estava prestes a sair do papel.

Logo que chegamos, guardamos nossos pertences em um alojamento destinado a professores e visitantes e fomos para o refeitório almoçar. Praticamente toda a comida servida nas refeições é oriunda dos laboratórios gerenciados pelos próprios alunos, sendo preparadas por cozinheiras contratadas e servidas com o auxílio de alunos pré-definidos em escala. No cardápio do dia, tivemos à nossa disposição arroz com feijão caupi, macarrão, frango assado, farinha de mandioca e banana como sobremesa. Passado o almoço, um rápido intervalo de descanso e logo a sirene tocou anunciado que viriam as atividades da tarde. Regra geral, pela manhã os alunos concentram seus esforços nas salas de aula e à tarde vão a campo cuidar dos laboratórios.

Após a alocação dos alunos em cada laboratório, seguimos com um técnico agrônomo da Embrapa e mais dois alunos selecionados para ajudá-lo para acompanhar experimentos da Embrapa com diferentes cultivares de banana numa área da escola. Lá observamos a manifestação de alguns tipos de praga nas bananeiras e colhemos os cachos já maduros. Logo em seguida, os alunos pesaram, cortaram e contaram cada um dos cachos, e os dados mais um dos cachos foi levado pela Embrapa para servir à pesquisa.

Às 17h, encerram-se as atividades de campo e os alunos tem uma hora para lazer, quase sempre usufruída com partidas de futebol num dos campinhos de terra da escola. Meninos e meninas participam conjuntamente dos jogos e frequentemente há uma sadia disputa entre colegas de diferentes séries escolares. Desacostumados em jogar futebol com os pés descalços, ambos auferimos bolhas na sola do pé logo ao primeiro dia.

Passado o horário de lazer, os alunos encaminham-se para o banho e em seguida reúnem-se para jantar. Em todos os jantares que estivemos na escola, o cardápio era composto por sopa de legumes, arroz com feijão e uma fruta como sobremesa (côco, melancia ou banana). Em função da carga intensiva de estudos, no período da noite os alunos retornam às salas de aula para o fechamento do ciclo básico, e o interessante da organização didática é que como as escolas ficam em locais de difícil acesso, o professor de

um determinado conteúdo (física, nesse caso) fica alojado na escola até que todo o módulo daquela disciplina seja dado por completo. Àquela altura, por exemplo, os alunos estavam no quarto dia consecutivo de aulas de física, e assim permaneceriam por mais uma semana.

Por fim, às 21h15 o sinal anunciava a hora da ceia noturna, iniciada com uma oração de agradecimento ao dia passado e findado ao término do punhado de bolachas do tipo água e sal ao qual cada um tinha direito. Às 21h30 é dado o toque de recolher e o cachorro que cuida das dependências da escola pela noite é solto.

O dia seguinte iniciou-se às 6h, e antes mesmo de escovarmos os dentes ou tomarmos café, saltamos das redes em que dormimos para fazer o manejo inicial dos laboratórios da escola. Somente às 6h45 é que o café da manhã é servido – um pão doce e um copo de café com leite – e pouco tempo depois iniciam-se as aulas. No meio da manhã, há um intervalo para descanso e pequena refeição – a mesma da ceia noturna – retomados novamente pela inesgotável carga de Física III.

As aulas se encerram e vem novamente o almoço. Depois de comermos, entregamos nossas bandejas e talheres para os alunos escalados para lavá-los e nos dirigimos à sala de computadores. Lá os alunos fazem pesquisa na internet para o trabalho de física que precisarão entregar no final de semana. Dessa vez, ao invés de acompanharmos o pessoal da Embrapa, nos dividimos entre os alunos nos diversos laboratórios. Um de nós acompanhou as atividades da apicultura e o outro as atividades do coordenador geral do dia. Como resultado, um aprendizado incrível e um cansaço ainda maior, fruto de atividades diversas como enfrentar uma colméia de abelhas revoltosas e aplicar injeções de ferro em suínos recém-nascidos. Isso sem falar na captura de catitus e capivaras selvagens.

A noite da quarta-feira se repete como a anterior, e nem mesmo a rodada do campeonato brasileiro faculta aos jovens o direito de ficar acordado até um pouco mais tarde. No início do dia seguinte, vamos a campo novamente logo cedo, acompanhando principalmente os laboratórios de animais, e pouco tempo após o desjejum o coordenador do projeto de transferência de tecnologia da Embrapa estava lá para nos buscar e levar de volta ao centro de Macapá, distante cerca de 125km da comunidade de São Joaquim do Pacuí.

Referências

RODRIGUES, Edgar. O Estado e sua História. Disponível em:

<http://www4.ap.gov.br/Portal_Gea/historia/dadosestado-historia.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2010.

LIMA, Ricardo A. P.; PORTO, Jadson L. R. Ordenamento Territorial Amapaense: Dinâmicas de um Estado Brasileiro na Fronteira Amazônia. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, Espanha. 2008.